

Os sentidos da violência doméstica em jogos discursivos de cuidadores/as de crianças que foram vítimas de abuso sexual

Pedro Paulo Viana Figueiredo (UFPE) pedro.vfigueiredo@gmail.com

Pedro de Oliveira Filho (UFPE) pedroofilho@ig.com.br

Introdução

O combate à violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil teve sua máxima expressão política na década de 90, no contexto das várias mobilizações nacionais e internacionais pelos direitos humanos das crianças e adolescentes, preconizados na Constituição Federal Brasileira e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), através da lei nº 8096/90.

A partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, foram criados diversos órgãos governamentais e não-governamentais, orientados pela defesa de direitos das crianças e adolescentes vítimas de violência, com suas ações pautadas e baseadas nesse estatuto. No Recife, no caso da violência sexual contra crianças e adolescentes, as ações também são pautadas pelo Plano de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes da Cidade do Recife¹ (2007), que tem como objetivo ser um “instrumento orientador das ações municipais de enfrentamento [...] para garantir que as crianças e os adolescentes possam ter seus direitos resgatados” (p. 2). Este plano apresenta ações propostas por diferentes órgãos para o combate/enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Sua intenção é servir de guia para todas as entidades que atuam no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes na cidade do Recife.

Determinados órgãos do governo e da sociedade civil organizada (ONGs) encontram-se contempladas no eixo estratégico de atendimento integral do PEVS (2007), que objetiva “Realizar o atendimento integral e em rede às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, bem como suas famílias, por profissionais especializados” (p. 29). Assim, orientados pelo PEVS, as instituições têm que realizar o atendimento integral, que é definido pelo ECA como “serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão” (BRASIL, 1990, art. 87, § III). Geralmente as equipes profissionais dessas instituições que atuam na intervenção às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual são compostas por assistentes sociais e psicólogos/as, e, ocasionalmente, advogados/as.

Nas intervenções psicossociais e jurídicas dos profissionais junto aos/as cuidadores/as² nessas instituições, há o encontro do discurso dos profissionais e o discurso dos/das cuidadores/as sobre temas como violência, violência doméstica, maus-tratos etc., uma vez que o objetivo dos profissionais ao realizar a intervenção, nos casos em que há a desconfiança ou informações de que os/as cuidadores/as estão cometendo violência contra as crianças ou adolescentes que estão sobre seu cuidado, é o de informar das consequências de tais atos para estas crianças ou adolescentes e das possíveis implicações para esses/as cuidadores/as, que estão sujeitos à ação da lei por cometer crime contra essas crianças ou adolescentes.

¹ Por conveniência, ao longo do texto nos referiremos a este plano pela sigla PEVS.

² Chamamos de cuidadores/as aqueles/as que são responsáveis pela criança.

Então o atendimento integral, no caso, a intervenção em relação à violência doméstica contra a criança ou adolescente estará envolvido com os sentidos da violência doméstica para profissionais e cuidadores/as, no jogo discursivo que acontece na interação face-a-face da intervenção, podendo compreender desdobramentos diferentes se tais sentidos forem conflitantes ou não.

Tendo em conta uma possível diferenciação ou mesmo conflito entre saberes: o popular, de valores morais tradicionais e o acadêmico, que nesses espaços geralmente são permeados pelo discurso dos direitos humanos, surgiu o interesse em pesquisar quais discursos os cuidadores/as de crianças que sofreram violência sexual produzem sobre a violência doméstica. Vale ressaltar que a dicotomia popular/acadêmico é um tanto quanto idealizada, pois, é bastante provável que o discurso que estou denominando de popular também esteja presente nos discursos profissionais e vice-versa.

A partir dos saberes dos diferentes profissionais que compõem as instituições de atendimento, diferentes estratégias de intervenção são traçadas, podendo seguir uma sistematização de atendimento bem definida e fechada, ou mais flexível, de acordo com a dinâmica da instituição. Tais intervenções têm como objetivo o cumprimento de uma política pública (PEVS), por sua vez pautada no ECA, que visa o bem-estar da criança/adolescente atendido. E, para que esse objetivo seja alcançado, os/as cuidadores/as, como foi relatado anteriormente, também são alvo de intervenção por meio de grupos terapêuticos, oficinas temáticas, ou na interação com a equipe profissional. A participação dos/as cuidadores/as nesse contexto é tida como crucial e deve ocorrer simultaneamente ao atendimento da criança/adolescente.

Iremos, então, analisar a produção de sentidos sobre violência doméstica em jogos discursivos³ de cuidadores/as que tiveram crianças vítima de violência sexual. A princípio pressupomos que, a partir das intervenções profissionais, que geralmente adquirem caráter informativo e formativo, os/as cuidadores/as são expostos a um conjunto de conceitos e ideologias que não tinham anteriormente. Tais conceitos, porém, podem não ser bem aceitos, havendo resistências destes/as cuidadores/as em adotá-los já que não fazem parte de suas vivências, ou até mesmo contradizem práticas e conceitos antigos com os quais estão comprometidos.

Método e discussão

Trata-se de um trabalho de natureza qualitativa que teve como participantes cinco cuidadoras (mulheres) que freqüentam o atendimento de uma ONG da Região Metropolitana de Recife e dois moderadores. Duas entrevistas com grupos focais (PUCHTA; POTTER, 2004) foram utilizadas como instrumento de coleta de dados, sendo estas gravadas, e tiveram duração média de 2h15min cada.

Apoiamo-nos em idéias que enfatizam a importância que a linguagem e o discurso têm na vida social. As considerações sobre o discurso nesta pesquisa são inspiradas pelas reflexões do movimento do construcionismo social que, em linhas gerais, está preocupado com o entendimento do processo pelo qual as pessoas – por

³ Adequação ao nosso interesse do termo *jogos de linguagem* de Wittgenstein (1996), enfatizando que, em nossa análise, consideraremos que o discurso das pessoas sobre a violência e o uso de palavras, conceitos, ideias, percepções, opiniões, metáforas, etc. é dinâmico e acontece em um contexto específico: a situação de pesquisa.

intermédio do discurso – descrevem, explicam e dão sentido ao mundo em que vivem e a si mesmas (GERGEN, 1985).

Compartilhando dessa posição teórico-metodológica que tem como tópico de interesse a linguagem em uso, foram adotadas como referências para esta pesquisa perspectivas discursivas (GARAY; IÑIGUEZ; MARTÍNEZ, 2005) que assumem a importância da linguagem enquanto prática social construtora de realidades.

O material foi analisado a partir da psicologia social de natureza discursiva desenvolvida por autores como Jonathan Potter, Margareth Wetherell, Derek Edwards e Michael Billig, que enfatizam a natureza retórica do discurso (como as pessoas argumentam sobre eventos e fenômenos), sua função (ação e conseqüências do discurso) e variabilidade (POTTER; WETHERELL, 1987; BILLIG, 2008; POTTER; EDWARDS, 2001).

A Psicologia Social Discursiva é a aplicação de idéias da análise do discurso para tópicos de interesse em psicologia social. É uma abordagem para a psicologia que toma como fundamental as características do discurso de ser orientado à ação e construtor de realidades (POTTER; EDWARDS, 2001). Foi desenvolvida a partir de uma forma particular de análise de discurso que foi elaborada por Potter e Wetherell no livro *Discourse and Social Psychology* (1987) e que tem uma descendência teórica complexa, baseadas também em idéias provenientes da retórica, da sociologia da ciência, da análise de conversação e do pós-estruturalismo.

Neste artigo, iremos discutir especificamente sobre os discursos acerca da violência doméstica. Os trechos dizem respeito ao segundo grupo focal, em que participaram Adriana, Lúcia e Camila⁴. Utilizaremos certos símbolos nas transcrições, que são uma adaptação ao nosso interesse do Sistema Jefferson de notação (EDWARDS, 2004) proposto por Gail Jefferson para análise de conversação, conforme o quadro:

| | |
|---|--|
| A: palavra [palavra B:]palavra | Colchetes entre linhas adjacentes denotam o começo de falas que coincidem. |
| palav- | O sinal de travessão indica que a palavra foi subitamente cortada. |
| (.) | Pausa Simples |
| ((palavra)) | Comentários sobre a transcrição |

Quadro – Adaptação do Sistema Jefferson de notação

Jogos discursivos sobre a violência doméstica

Os relatos acerca da violência doméstica dessas mulheres focalizam suas experiências pessoais. Nesses relatos certas características ou eventos que envolveram a violência de seus/as filhos/as podem ser relevantes para determinada participante e para outra não. Foram produzidos discursos que descrevem experiências anteriores de violência sofridas por essas mulheres, geralmente na infância, violência doméstica e, em alguns casos, abuso sexual. Tais experiências, segundo as participantes, influenciaram no reconhecimento, ou na ignorância, da violência de seus/as filhos/as, pois, forneceram repertórios acerca do que seria violência.

⁴ Nomes fictícios escolhidos pelas participantes.

Declaram a importância das intervenções na instituição para que compreendessem a violência e pudessem reconhecê-la, bem como construir novos significados para eventos passados a partir de novos referenciais, fornecidos pela instituição ou locais que freqüentaram ao participar de oficinas, capacitações, cursos e seminários. Também discutem como em um primeiro momento o apoio da família, da comunidade e da igreja, tornaram-se essenciais no momento de decidir sobre como proceder para impedir a continuação daquilo que passaram a reconhecer como violência.

Apresentaremos a seguir alguns extratos para discussão que sintetizem o argumento geral das três participantes. Os trechos a serem analisados aqui foram produzidos em resposta à pergunta, de um dos moderadores, sobre o conceito de violência doméstica.

A primeira participante a responder é Adriana:

Violência doméstica eu acredito que é negligência. Negligência (.) das pessoas da casa, a mãe, o pai, quem está ao redor da criança (.) eu acho que é negligência. Quem nunca bate, né? Porque (.) tem mãe que (.) deixa a criança só, o pai abandona, né?, a criança e vai pra festa, vai pra farra. Deixa a criança sozinha, a criança mexe no fogão, mexe em eletricidade (.) aí muitas vezes acontece essas coisas, e (.) e- muitas vezes pode até acontecer a mãe dentro de casa.

Observemos como a participante traz para sua argumentação o termo *negligência*, comumente utilizado no vocabulário técnico e recorrente na literatura sobre violência doméstica (ARAÚJO, 2002; GUERRA, 2001). Ela traz uma série de exemplos em que os responsáveis podiam estar sendo negligentes (frase grifada) e adiciona que a negligência pode acontecer mesmo com um responsável estando presente na casa. A participante pode estar aqui argumentando implicitamente contra ideia de que a negligência necessariamente implica abandono, ideia que começou a desenvolver na frase anterior “Porque (.) tem mãe que (.) deixa a criança só, o pai abandona, né?”.

Billig (2008) acredita que quando argumentamos não estamos apenas defendendo uma posição, estamos combatendo argumentos alternativos, e que isso faz parte do jogo retórico. Podemos observar esse fato na continuação da fala de Adriana:

Porque criança pequena demais, muitas vezes, nós que estamos aqui- isso aconteceu muito comigo. Estava com a menina dentro de casa, e (.) rápido assim, ligeiro, um *distramento*, já foi lá e (.) dedo no (.) né?, na tomada e levou choque que foi bater longe. Novamente, outra vez (.) também. Com a gente no pé. Então muitas vezes é negligência por parte da família, que muitas vezes não ligam, não tão nem aí pela criança. [...]

Duas coisas são interessantes de ser notadas nesse trecho. A primeira, é que – como observaremos na fala das outras participantes – os argumentos são empreendidos com pequenas narrativas de fatos próximos, que aconteceram com as participantes e/ou seus/as filhos/as em situações cotidianas. A segunda, é que Adriana comenta o fato de um modo que dá a entender que há situações que podem fugir rapidamente de nosso controle quando ocorre um *distramento*.

Após falar sobre diversas situações em que as crianças se envolvem por negligência dos pais, e como ela tentava estar sempre atenta aos movimentos de sua filha, ela relata:

[...] Mas, uma distração, ela se queimou, uma distração (.) ela levou choque, uma distração ela caiu por cima da mesa. Então, exatamente, isso muitas vezes acontece, por falta de nós mesmos. E muitas vezes acontece por [eu tá- por a gente não tá, né? é (.) às vezes é acidente, é...

Adriana argumenta sobre a negligência a partir de dois aspectos: os responsáveis não estarem atentos e no caso de um acidente, quando ocorrem fatos que fogem ao controle destes, como no relato anterior do “distramento”. A participante repara seu relato de modo a deixar o exemplo mais próximo de uma generalidade: “E muitas vezes acontece por eu tá- por a gente não tá, né? é (.) às vezes é acidente”, provocando o efeito discursivo de não ser este um caso particular dela.

A fala de Adriana é interrompida por Camila (sinal de [), que diz:

Camila: [Às- às vezes (.) é a gente, realmente é a gente e às vezes não é. Mas ou menos, com (.) assim (.) pra mim, é (.) é assim, geração por geração.

Pedro⁵: Como assim geração por geração?

Camila: Assim. O caso de O. ((seu filho)) foi o que *as testemunha* falou, e chegou no meu ouvido (.) que foi o que o escrivão Q. ((escrivão da GPCA)) falou pra mim (.) que K. ((ex-marido)) falou assim: “eu fui criado na porrada, então vou criar (.) meu filho na porrada”. Isso sem num tiver (.) limite- aí se você cria seu filho apanhando (.) ele cresce, seu filho (.) dá. E- é- assim (.) eles acham que essa é a- o modo de educar... a criança. Não, eu fui educado apanhando, então- e- sou gente, tô trabalhando, tô fazendo faculdade, tô (.) tô (.) trabalhando no banco, num tô dependendo dos outros (.) eu- eu sou assim. Então, vou bater no meu filho pro meu filho ser (.) ser gente, num dá pra marginal, num dá pra usar drogas. Eu acho assim. E é um modo que passa (.) de geração em geração. [...]

Camila desvia o foco da questão da negligência e argumenta que a violência doméstica é perpetuada de geração para geração, trazendo vários elementos que reforçam seu argumento. Camila provavelmente está desenvolvendo uma idéia corrente na literatura sobre violência doméstica chamada de violência intergeracional que diz respeito a como pais que utilizam a punição contra seus filhos estariam implicitamente demonstrando que a violência seria uma forma de resolver os conflitos familiares, desenvolvendo um modelo de relação familiar em que homens e mulheres – por não ter aprendido outros modelos de relação familiar – tendem a reproduzir a história de violência vivida na infância e adolescência (GOMES *et al.*, 2007).

A participante continua relatando que a questão da violência passar de geração para geração diz respeito a como a cultura lida com a violência, sendo esta quem

⁵ Pedro é o nome real de um dos moderadores do grupo focal.

reforçaria a positividade numa educação violenta, num discurso que poderia ser sintetizado assim: “eu apanhei e hoje sou gente, não dei pra coisa ruim”. Reforça exemplificando (e justificando?) como o seu ex-companheiro – e generaliza para outras pessoas referenciando “a gente” – passou por esse tipo de educação violenta:

Camila: E, o (.) se o pai (.) o pai (.) na época com certeza ele apanhou (.) do pai dele, e isso vai- vai passando por geração em geração [...] Se a gente passa coisa ruim, a gente vai passar também coisa ruim.

Por se tratar de um grupo focal, certas características são inerentes a esse tipo de interação. Por exemplo, abre espaço para que discursos sejam reformulados e/ou confrontados pelo mesmo participante ou por outros (PUCHTA; POTTER, 2004). Nessa dinâmica, após a fala de Camila, Adriana não combate o argumento de que a violência passaria de geração para geração, mas afirma que “depende de cada um”.

Adriana inicia relatando como aprendeu sobre violência doméstica na instituição:

Quando participei aqui- de oficinas aqui no ((ONG)), das oficinas. Em uma das oficinas que a gente participou falava sobre isso, sobre a violência doméstica. E uma das violências domésticas que muitos falam é de que crianças, muitas vezes, elas são desobedientes. Quer dizer, a mãe dá uma ordem, muitas vezes a criança ela não quer obedecer. E que mães assim- que ela não sabe parar, conversar com a criança, imediatamente ela vai logo partindo pra violência. Aí uma das violências que tinha era a do ovo quente que se colocava muito na boca da criança. E isso é uma violência doméstica terrível. [...]

A participante não define aqui a violência doméstica, mas relata motivos que podem ser propícios para que ela aconteça se não houver um cuidado (primeira frase grifada). Além disso fala de modos de praticar a violência contra criança (segunda frase grifada). Não acreditamos que esse seja um raciocínio errado por não haver um conceito do tipo “a violência doméstica é...”, porém, acreditamos que é esse o modo que a participante utiliza para argumentar sobre o que acredita ser violência doméstica, que não é ilógico ou inexato, mas é o modo que ela se utiliza para dar sentido ao mundo (POTTER; WETHERELL, 1987).

Após mais descrições de como a violência é praticada aprendidas nas intervenções institucionais ou vivida pela participante, Adriana relata: “É de geração em geração, mas depende de você, né? A época que eu tô vivendo agora eu não vou passar pra minha filha. O que fizeram comigo eu não vou passar pra ela”.

Para encerrar essa breve discussão, observaremos alguns trechos de Lúcia. Devemos lembrar que, por se tratar de um grupo focal, há a peculiaridade de que uma fala não está “solta no espaço”, mas faz parte de uma cadeia argumentativa desenvolvida pelas participantes na interação, podendo dizer respeito à fala(s) já desenvolvida(s) pela própria participante ou por outras.

Lúcia inicia relatando como a vivência da violência é relativa: “Eu sei que (.) eu preferia apanhar da minha mãe de que (.) uma conversa do meu pai. Isso eu tenho certeza. Porque a pisa dela doía na hora e eu nem me lembrava”. Ela não nega que o

apanhar é violento, mas que, para ela, a conversa do pai era muito mais violenta do que apanhar. Como dito anteriormente, as participantes partem de suas vivências para argumentar sobre a violência doméstica através de pequenas narrativas de fatos que lhe aconteceram. E, a exemplo de Camila, justifica a violência de sua mãe:

Lúcia: Trabalhava ((o pai)) e se preocupava comigo (.) por causa do meu jeito (.) e- mas ele tinha- a psicologia dela era bater e (.) e mesmo assim [...] num- num- num fiquei traumatizada ((ri)) por causa disso não.

Nas frases destacadas, Lúcia estaria implicitamente argumentando contra os argumentos desenvolvidos no grupo por Adriana e Camila sobre como é danoso apanhar quando criança. Porém, a função de seu argumento não é dizer que isso que sofreu não era violência, mas antes, reforçar que há formas de violência que são mais danosas que outras e que isso depende de como cada um vive essa violência, não podendo ser generalizável. No seu caso, a figura de seu pai, cometendo violência através da palavra – conceituada pelas participantes num momento anterior de violência da *verbação* – exercia um impacto maior sobre ela do que apanhar da sua mãe.

Lúcia encerra sua fala dizendo como aprendeu que todas essas vivências relatadas – por ela e pelas outras participantes – eram violência:

Mas assim de apanhar, viol- violência doméstica- claro que tinha né?, por negligência, que eu sinto muito até hoje. É a violência (.) a negligência, né? E aí eu vim aprender o que é o que a gente sofreu, sofreu. O que é violência domés- é (.) negligência, que é um tipo de violência.

Observemos como a fala destacada relata os danos de “um tipo de violência” que era o que mais incomodava a participante: a negligência. Sintetiza dizendo que para ela violência doméstica é negligência e ao mesmo tempo negligência é um tipo de violência. Esse é seu modo de argumentar que negligência é o que ela *viveu e sentiu* como violência doméstica e que a negligência é *um tipo* de violência doméstica.

Através desses breves trechos, podemos observar como a análise de discurso desenvolvida na psicologia social discursiva, que enfatiza a natureza retórica do discurso, sua função e variabilidade, pode ser utilizada para compreender o modo como as pessoas argumentam sobre a violência doméstica. Podemos entender como é significada a violência para as pessoas e a partir daí propor intervenções diversas de acordo com suas vivências, a partir da ampliação do repertório daquilo é considerado ou não violência para elas.

Acreditamos que os conceitos trazidos pelas participantes foram desenvolvidos naquele contexto (situação de pesquisa), naquele tipo de interação (grupo focal) e com aquelas participantes (três mulheres que já se conheciam e participavam da mesma instituição), não sendo possível esperar uma réplica dos resultados em outro grupo focal sobre o mesmo tema com outras pessoas – e talvez, até com as mesmas pessoas! Podemos ainda destacar que o fato de um dos moderadores (Pedro) já conhecer as participantes, uma vez que sua prática de estágio curricular foi naquela instituição, provavelmente proporcionou maior fluidez no grupo.

Referências

ARAÚJO, M. F. Violência e Abuso Sexual na Família. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 7, n. 2, 2002.

BILLIG, Michael. **Argumentando e Pensando**: uma abordagem retórica à psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2008.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Brasília, 1990.

EDWARDS, Derek. Psicologia Discursiva: *Teoria da Ligação e método com um exemplo*. In: IÑIGUEZ, Lupicínio (coord.). **Manual de Análise de Discurso em Ciências Sociais**. São Paulo: Vozes, 2004. pp. 181-205.

GARAY, Ana; IÑIGUEZ, Lupicínio y MARTÍNEZ, Luz M^a. La perspectiva discursiva em Psicologia Social. Subjetividad y Procesos Cognitivos, 2005 (7), pp. 105-130.

GERGEN, Kenneth. The social constructionist movement in modern psychology. American psychologist, 40 (3), 1985, pp. 266-275.

GOMES, N. P.; DINIZ, N. M. F.; ARAÚJO, A. J. S.; COELHO, T. M. F. Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração. Acta Paulista de Enfermagem, 20 (4), 2007, pp. 504-508.

GUERRA, V. N. **Violência de pais contra filhos**: a tragédia revisitada. São Paulo: Cortez, 2001.

PLANO DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DA CIDADE DO RECIFE. Recife: Cendhec, 2006.

POTTER, Jonathan; WETHERELL, Margareth. **Discourse and Social Psychology**: beyond attitudes and behaviour. London: Sage, 1987.

POTTER, Jonathan; EDWARDS, Derek. *Discursive Social Psychology*. In: ROBINSON, Peter W.; GILES, Howard (Eds.). **The New Handbook of Language and Social Psychology**. West Sussex: John Wiley & Sons Ltd., 2001. pp. 103-118.

PUCHTA, Claudia; POTTER, Jonathan. **Focus Group Practice**. London: Sage, 2004.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.